

ENTIDADES MÉDICAS SE MANIFESTAM EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



Manifesto na íntegra em <http://bit.ly/XY37rH>.

Recentes ações anunciadas pelo Governo Federal ferem conquistas e diretrizes constitucionais da saúde pública. Por este motivo, a

plenária de encerramento do I Encontro Nacional de Conselhos de Medicina, realizado em Belém (PA) no início de março, aprovou o “Manifesto de Belém”, uma mensagem de alerta à sociedade e às autoridades para o impacto que essas medidas podem ter sobre o exercício da Medicina e a qualidade da assistência em saúde.

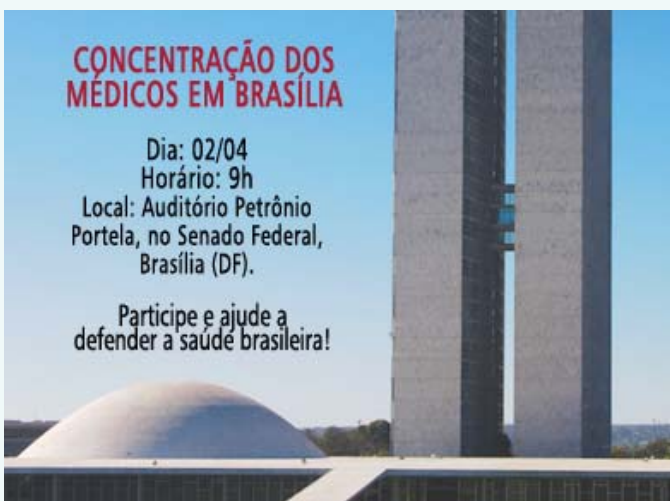
Temas como a entrada de médicos estrangeiros e de brasileiros com diplomas obtidos no exterior sem sua respectiva revalidação;

a ausência de uma carreira de Estado para o médico; e o aumento de subsídio governamental a planos de saúde têm sido acompanhados com preocupação pelas entidades médicas.

O manifesto conclama a sociedade a participar desta cruzada em defesa de um sistema público de saúde integral e de qualidade. A Comissão Nacional Pró-SUS pede o apoio das entidades médicas regionis para que este documento seja divulgado amplamente.

02 DE ABRIL: CONCENTRAÇÃO EM BRASÍLIA

As entidades nacionais convocam as lideranças médicas e profissionais da classe para, no dia 2 de abril, participarem de um Ato Público no Congresso Nacional. Será uma grande oportunidade para debater as principais questões que envolvem a atuação dos médicos na saúde brasileira. Dentre os temas em pauta, estão a entrada de profissionais estrangeiros, financiamento da saúde e o trabalho médico. Vamos fazer ecoar nossa manifestação entre os parlamentares e no Palácio do Planalto.



10 DE ABRIL: ATO EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

A luta por mais recursos para a saúde terá um novo capítulo no próximo mês. Entidades da sociedade civil que participam do Saúde+10 organizam um Ato Nacional em Defesa da Saúde Pública no dia 10 de abril, também em Brasília. O objetivo é dar mais visibilidade ao movimento e chamar a atenção do Congresso Nacional para a necessidade de vincular 10% dos recursos brutos da União à saúde – foco do projeto de lei de iniciativa popular que será apresentado pelo movimento.



Os formulários preenchidos devem ser encaminhados ao Conselho Nacional de Saúde, na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Anexo, Ala B, 1º Andar, Sala 103B - CEP: 70058-900, Brasília-DF



AGENDA: a Comissão Nacional Pró-SUS realizará uma reunião ampliada em 26 de março, das 9h às 15h, na sede do Conselho Federal de Medicina, em Brasília.

ESTADOS ACUMULAM CONQUISTAS NA IMPLANTAÇÃO DO PCCV

O movimento médico, por meio de suas representações locais, acumula experiência na elaboração e discussão de planos de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) de Norte a Sul do país. Em reação à degradação progressiva das condições de trabalho e de remuneração, as entidades médicas conseguiram avanços em alguns estados, embora em muitos casos sejam necessários alguns ajustes. Em outros, uma série de dificuldades precisa ser superada.

Em 2010, as entidades médicas publicaram uma proposta de plano de carreira para os profissionais, documento que tem sido fundamental para auxiliar os estados (acesse a proposta em <http://bit.ly/VUY4rM>). Confira abaixo algumas das conquistas alcançadas desde então nos estados e municípios:

Alagoas – A categoria está em greve desde 18 de dezembro pelo cumprimento de um acordo entre o sindicato e o governo para a implantação do plano. O governo alega entraves relativos à lei de responsabilidade fiscal e está tentando resolver a situação contratando médicos por meio de cooperativas. A categoria está reagindo com indignação.

Bahia – Os médicos do estado entrarão em greve a partir do dia 20 de março. A decisão foi tomada após a avaliação do PCCV apresentado pelo governo estadual. A proposta ficou abaixo das necessidades e expectativas da categoria, que aguarda uma contraproposta antes do início da paralisação.

Amazonas – Foram pelo menos quatro anos de manifestações até os médicos conquistarem o plano de carreira médica separado de outras categorias, em junho de 2009. Entretanto, o enquadramento e as correções na lei reivindicadas pela categoria só vieram a ser realizados em 2012, após intensa mobilização. As discussões permanecem em 2013, com promessa de atualização e conclusão do documento de lei do plano.

Espírito Santo – O novo plano foi firmado em 2012 com o governo. O plano incorpora vantagens de tempo de serviço e insalubridade, garante 20 horas semanais para um piso em torno de R\$ 4.500 e estabelece toda a carreira do nível 1 ao 15.

Goiás – Em 11 de março deste ano, a prefeitura de Goiânia assinou o Decreto de Progressão Horizontal da Função Saúde Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV). De acordo com o artigo 7º do PCCV a Progressão Horizontal do servidor na carreira se dará a cada três anos de uma Referência para a subsequente, dentro de um mesmo grau, em virtude do tempo de serviço e avaliação de desempenho positiva.

Minas Gerais – No ano passado, o governo aprovou a criação do cargo de médico do Estado. Este passo, que ainda não está nos moldes desejados, trouxe mais segurança e garantias para quem trabalhava para o estado.

Pernambuco – Existem planos em nível estadual (com negociação aprovada até 2014) e municipal. A prefeitura do Recife ainda não implantou integralmente e, apesar das dificuldades, as conquistas ocorreram e há perspectivas com a implantação da produtividade.

Piauí – Os médicos piauienses aceitaram “com tolerância” a primeira proposta do governo para os planos do estado. Na negociação para reavaliação do plano, o governo local apresentou nova proposta, aceita por unanimidade.

Rio Grande do Norte e Sergipe – Os médicos natalenses e aracajuanos contam com planos municipais e querem, além de discutir alguns termos desses planos, estender o benefício aos médicos do estado.



Rondônia – Existe um plano razoável para profissionais de saúde do município de Porto Velho (feito para vários profissionais da saúde e que abrange a categoria médica). No plano estadual, os médicos ficaram de fora.

São Paulo – Em janeiro deste ano, o governo estadual sancionou uma lei que instituiu a Carreira Médica. A remuneração ainda não é a ideal, mas representa um avanço importante. Conforme as carreiras forem implantadas, haverá necessidade de ajustes.

Tocantins – O plano estadual existente é considerado um avanço, porém as entidades médicas continuam discutindo em torno do fator remuneratório.

Os médicos de outros estados, como Amapá, Maranhão e Mato Grosso, querem rediscutir seus planos estaduais porque abarcam vários profissionais de nível superior e não contemplam as especificidades da categoria médica.

SANTAS CASAS ACUMULAM DÍVIDA DE R\$ 11,8 BILHÕES E AMEAÇAM PARALISAR ATENDIMENTOS EM ABRIL

Com dívidas de R\$ 11,8 bilhões, as Santas Casas e hospitais filantrópicos do país, que respondem por quase metade dos procedimentos realizados pelo SUS, decidiram não realizar atendimentos eletivos no dia 8 de abril. Coordenada pelo movimento conhecido como "Tabela SUS, Reajuste Já", a paralisação será uma forma de demonstrar à população a delicada situação financeira que os hospitais enfrentam e pedir a intervenção do presidente da República.

Adiamento de cirurgias, greves de funcionários, falta de materiais e até o fechamento de algumas unidades são hoje uma realidade em muitas dessas instituições. O rombo financeiro não para de crescer. Desde 2005, a dívida aumentou mais de seis vezes, saindo de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 11,8 bilhões. A estimativa da Confederação das Santas Casas de Misericórdia (CMB) é que 87% das 1.983 instituições estão com as contas no vermelho.

A crise financeira é consequência da defasagem no valor dos procedimentos pagos pelo SUS. O Ministério da Saúde até admite que existe problemas na Tabela SUS, mas também destaca que algumas Santas Casas têm problemas de gestão. Pelo país, são comuns os casos de intervenções nas administrações das unidades provocadas por iniciativa do Ministério Público. A CMB acredita que hoje pelo menos 12 instituições estão nessa situação.

ENTIDADES MÉDICAS PROCURAM SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República afirmou que vai criar um grupo de trabalho (GT) para analisar os principais problemas de saúde no país. O pedido foi feito por representantes das entidades médicas nacionais – Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam) – em reunião no dia último dia 7, em Brasília.

Os representantes das entidades explanaram a difícil realidade da saúde encontrada em todos os estados brasileiros e que afrontam os direitos humanos. A ministra Maria do Rosário admitiu a importância de se levar a discussão da saúde para a pauta. "Reconhecemos que a saúde é questão urgente. Precisamos juntos formar um rol de propostas e trabalhar junto ao Ministério da Saúde".

O GT será criado no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que já tem encontro previsto para o dia 24 de abril.

FENAM ATUALIZA O VALOR DO PISO SALARIAL DOS MÉDICOS PARA 2013

A Federação Nacional dos Médicos calcula anualmente o piso salarial dos médicos e atualizou o valor para R\$ 10.412,00, em vigor desde janeiro deste ano, para 20 horas. A importância foi apoiada nas deliberações do XI Encontro Nacional das Entidades Médicas Nacionais (ENEM). O cálculo anual se tornou um referencial nas discussões e reivindicações da categoria, e, portanto, deve orientar as negociações coletivas de trabalho dos sindicatos.

O piso é uma bandeira de luta que o médico tem em suas mãos, e é resultante da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no ano de 2012 em 6,10%. A entidade recomenda que o referencial integre as pautas de reivindicações em suas bases.

CÂMARA CRIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR FINANCIAMENTO DA SAÚDE

A presidência da Câmara dos Deputados, em reunião com integrantes da Frente Parlamentar da Saúde, assinou em fevereiro um ato criando Comissão Especial destinada a discutir o Financiamento da Saúde Pública. A Comissão estará aberta às propostas da sociedade, mas deverá iniciar seus trabalhos debatendo três Projetos de Lei Complementar – 123/12, 124/12 e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que deve ser entregue à Câmara pelo Movimento Nacional Saúde+10.

O colegiado será composto de 21 membros titulares e igual número de suplentes. Ainda não foi marcada a instalação da comissão, que depende da indicação dos integrantes pelos partidos políticos.



ACONTECE NOS ESTADOS

MG: SITUAÇÃO CAÓTICA COM EXONERAÇÃO DE MÉDICOS E FECHAMENTO DE POSTOS

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia (MG) fechou, entre 2009 e 2012, 18 dos 22 postos de saúde do município e exonerou cerca de 1.900 funcionários da Prefeitura, sendo 400 ligados ao setor da saúde, entre eles médicos. Atualmente, apenas quatro postos estão funcionando, mas sem médicos, e a demanda vem sendo atendida pelas unidades de Pronto Atendimento. Diante dessa situação, o Sinmed-MG anunciou que irá ingressar com uma ação coletiva para requerer os pagamentos em atraso dos médicos exonerados.

MS: ENTIDADES LANÇAM FRENTE ESTADUAL EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Cerca de dez entidades sindicais e mais integrantes de fóruns criaram em fevereiro a Frente em Defesa da Saúde Pública no Mato Grosso do Sul. Durante reunião inaugural do grupo, foram relatadas várias denúncias do processo de privatização da saúde, da superlotação, da falta de ambulâncias no Samu, entre outras. A Frente garante construir uma agenda de manifestos, como a realização de audiências públicas, produção de jornal e de mídias sociais para informar a situação para a população e alertar as autoridades.

RJ: PARLAMENTARES E CREMERJ PEDEM AUDIÊNCIA COM MINISTRO DA SAÚDE

Parlamentares da bancada do Rio de Janeiro pediram no último dia 5 uma audiência com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para falar sobre a crise assistencial das unidades da rede pública de saúde na região fluminense. Em documento, eles argumentam que a crítica situação é motivada pela falta de recursos humanos e investimentos que têm resultado no fechamento de leitos e de serviços essenciais à população. O pedido, que é apoiado pelo Cremerj, foi feito formalmente por meio de ofício e assinado por mais de 20 parlamentares.

RS: MÉDICOS PERITOS DO INSS PROTESTAM EM FAVOR DA CARREIRA FEDERAL

Médicos peritos do INSS no Estado prometem paralisar as atividades no próximo dia 26 de março. A mobilização reivindica que a Previdência Social cumpra o compromisso assumido com os médicos de implantar a jornada de 20 horas semanais. Também denunciam o desmonte desta carreira federal. Dados da associação apontam que 894 médicos peritos se exoneraram desde 2010. Outros 822 se aposentaram no mesmo período. Somente em 2013, 65 médicos peritos já se exoneraram e 37 se aposentaram.

RO: CREMERO E OAB FIRMAM PARCERIA EM DEFESA DE SAÚDE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Cremero) e a seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RO) trabalharão em parceria visando o bem do cidadão, sobretudo daqueles que buscam atendimento público de saúde. A ideia é firmar um termo de cooperação técnica que integre o trabalho de inspeção e fiscalização do Conselho nos hospitais com a atuação da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Além da defesa da advocacia, a Ordem dos Advogados tem prerrogativas importantes na defesa da sociedade, como a de propor ação civil pública.

SP: MÉDICOS PEDEM DEMISSÃO EM SANTA CASA DE CABREÚVA

Alegando falta de pagamento, todo o corpo clínico da Santa Casa de Cabreúva, a 83 km de São Paulo, pediu demissão no mês de fevereiro. Os 16 médicos fixaram um comunicado na fachada do hospital alegando que o atraso nos salários de dezembro, janeiro e fevereiro, além das dificuldades para exercer a medicina, seriam os motivos da demissão em massa. Além dos salários, a Santa Casa tem débitos previdenciários e com fornecedores que chegam a R\$ 1 milhão. De acordo com a diretoria, o hospital atende 3,5 mil pessoas por mês e trabalha com déficit de 40%.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhansen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.